



CLIPPING INTERNET
08/11/2019 ATÉ 08/11/2019



INDÍCE

1	BLOG ATUAL 7	
	1.1 INSTITUCIONAL.....	1
2	BLOG DO JURACI FILHO	
	2.1 INSTITUCIONAL.....	2
3	BLOG DO MARCIAL LIMA	
	3.1 DECISÕES.....	3
4	BLOG DO NETO FERREIRA	
	4.1 INSTITUCIONAL.....	4
5	BLOG DOMINGOS COSTA	
	5.1 DESEMBARGADOR.....	5
6	BLOG GILBERTO LEDA	
	6.1 INSTITUCIONAL.....	6
7	BLOG JO FERNANDES	
	7.1 DECISÕES.....	7
8	BLOG MARRAPÁ	
	8.1 DESEMBARGADOR.....	8
9	BLOG SJNOTÍCIASMA	
	9.1 INSTITUCIONAL.....	9 10
10	PORTAL DO MUNIM	
	10.1 DESEMBARGADOR.....	11
11	SITE G1 MARANHÃO	
	11.1 INSTITUCIONAL.....	12
12	SITE IMIRANTE.COM	
	12.1 DECISÕES.....	13 14
13	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO	
	13.1 DESEMBARGADOR.....	15
	13.2 INSTITUCIONAL.....	16
14	SITE SINAL VERDE DE CAXIAS	
	14.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	17

Gonzaga diz que PGJ segue investigando suspeita de espionagem a desembargadores do TJ-MA

Informação foi repassada à comissão da Câmara dos Deputados

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, garantiu que a investigação que apura a suspeita de espionagem a desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão segue sob tramitação.

A informação foi repassada à integrantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, segundo divulgou o Ministério Público, durante audiência na sede do órgão, em São Luís, nessa quinta-feira 7. “O processo segue tramitação normal, mas está sob sigilo, em cumprimento às Resoluções nº 181/2017 e 174/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público”, afirmou Luiz Gonzaga.

Por requisição do deputado federal Aluísio Mendes (PSC-MA), a comitiva está em São Luís desde ontem. Nesta sexta-feira 8, realiza, na sede da Superintendência da Polícia Federal, nova oitiva com os ex-chefes da Seic (Superintendência Estadual de Investigações Criminais) e do DCCO (Departamento de Combate ao Crime Organizado) da Polícia Civil do Maranhão, Tiago Mattos Bardal e Ney Anderson Silva, respectivamente. Ambos já foram ouvidos pela comissão, em julho, em audiência na própria Câmara.

Segundo eles, o secretário de Segurança Pública Jefferson Portela teria ordenado que fosse implantado escutas clandestinas contra pelo menos quatro desembargadores do TJ-MA: Froz Sobrinho, Tyrone Silva, Guerreiro Júnior e Nelma Sarney. Portela nega.

Foi a partir dessas declarações de Tiago Bardal e Ney Anderson que a suposta espionagem se tornou pública, tendo o procedimento investigatório criminal sido instaurado pela PGJ somente pós requisição do presidente do Poder Judiciário maranhense, desembargador Joaquim Figueiredo.

Uma outra investigação criminal, também tramitando sob sigilo, foi aberta por representação formulada pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD-MA), com pedido de auditoria no Sistema Guardiã. Nesta, se apura a suposta espionagem contra políticos que fazem oposição ao governador Flávio Dino (PCdoB), dentre eles o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Os dois procedimentos são conduzidos no âmbito da Assessoria Especial de Investigação da PGJ, exclusiva para apurar atos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função.

PGJ recebe visita da Comissão de Segurança da Câmara Federal

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, recebeu nessa quinta-feira, 7, a visita de cortesia dos deputados federais Aluísio Mendes (PSC-MA), Paulo Gustavo Ganime Alves (Novo - RJ) e Ubiratan Antunes Sanderson (PSL-RS), que integram a Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados.

Também estiveram presentes o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa, e os membros integrantes da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, do Núcleo de Investigação do Ministério Público do Maranhão e do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco).

Na pauta do encontro, assuntos institucionais e as providências adotadas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) em relação às denúncias que apuram eventuais e indevidas interceptações telefônicas contra agentes públicos detentores de foro especial.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça deu conhecimento à Comissão sobre a regular tramitação da investigação. "O processo segue tramitação normal, mas está sob sigilo, em cumprimento às Resoluções nº 181/2017 e 174/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público", afirmou Luiz Gonzaga.

O Procedimento Investigatório Criminal prossegue regularmente no Núcleo de Investigação do MPMA, onde tramitam mais de 180 procedimentos investigatórios relacionados a pessoas com prerrogativa de foro.

Os parlamentares não descartaram, no entanto, ao fim da apuração do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a federalização do caso. "Acompanhamos e aguardaremos a conclusão da investigação. Se, lá na frente, nós não nos dermos por satisfeitos, em vendo que a investigação não foi feita a contento, nós buscaremos, se for o caso, federalizá-la", disse à comissão da Câmara.

Paulo Ganime (Novo-RJ) ressaltou que a visita da comissão foi importante porque possibilitará aos parlamentares ouvir todos os envolvidos - está marcada para esta sexta-feira a oitiva dos delegados Tiago Bardal e Ney Anderson Gaspar, autores da denúncia contra Portela.

Foto: Paulo Soares/ "O Estado"

Em Matões, Justiça determina criação de cemitério após ACP do MP-MA

Uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão levou a Justiça a determinar, em medida liminar, a criação de um cemitério público no município de Matões devido à superlotação do atual Cemitério Nossa Senhora da Conceição.

A decisão obriga o município a promover a imediata interdição e desativação do cemitério clandestino situado na região do Morro do Pico. Também foi determinada a adoção, em 72 horas, de medidas para a ampliação do muro do Cemitério Nossa Senhora da Conceição.

Em caso de descumprimento das medidas solicitadas, o Ministério Público solicitou a aplicação de multa diária no valor de R\$ 1.000.

Entenda o caso

Foi verificado que, no município de Matões, o Cemitério Nossa Senhora da Conceição - o único da cidade - apresenta irregularidades e não está atendendo à demanda de sepultamentos, o que obrigou a população a utilizar um cemitério clandestino, próximo a um poço de água artesiano que abastece vários bairros.

O fato provocou, na população local, um temor da contaminação da água que abastece os bairros de Matões, implicando a assinatura de um abaixo-assinado entregue ao MP-MA, para que fossem tomadas as devidas medidas para garantir à saúde pública, a preservação do meio ambiente e a proteção do patrimônio público.

"O cemitério da cidade conta com mais de cem anos de existência, e o atual prefeito precisa resolver esses problemas, pois muitas famílias de Matões estão sendo constrangidas por não poderem sepultar seus entes queridos em lugar devido, tendo que enterrá-los no meio da rua", comentou a promotora de Justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira.

(Informações do MP-MA)

Gonzaga recebe comissão da Câmara e trata sobre caso de espionagem a desembargadores e políticos

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, recebeu na tarde desta quinta-feira, 7, a visita de cortesia dos deputados federais Aluísio Mendes (PSC-MA), Paulo Gustavo Ganime Alves (Novo - RJ) e Ubiratan Antunes Sanderson (PSL-RS), que integram a Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados.

Também estiveram presentes o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa, e os membros integrantes da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, do Núcleo de Investigação do Ministério Público do Maranhão e do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco).

Na pauta do encontro, assuntos institucionais e as providências adotadas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) em relação às denúncias que apuram eventuais e indevidas interceptações telefônicas contra agentes públicos detentores de foro especial.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça deu conhecimento à Comissão sobre a regular tramitação da investigação. "O processo segue tramitação normal, mas está sob sigilo, em cumprimento às Resoluções nº 181/2017 e 174/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público", afirmou Luiz Gonzaga.

O Procedimento Investigatório Criminal prossegue regularmente no Núcleo de Investigação do MPMA, onde tramitam mais de 180 procedimentos investigatórios relacionados a pessoas com prerrogativa de foro.

Decisão do desembargador Josemar é revoltante...

ãe do pastor assassinado critica magistrado ao tomar conhecimento da decisão do magistrado do Tribunal de Justiça.

Des. Josemar Lopes Santos

Decisão foi do Des. Josemar Lopes Santos...

Familiares do pastor evangélico Mackson da Silva Costa, de 37 anos, que foi assassinado em Paço do Lumiar, está revoltada com a decisão da Justiça que determinou a soltura de Saulo Pereira Nunes, assassino confesso. Após ter sido morto, a vítima teve o corpo enterrado na casa do autor do crime.

Antônia Costa da Silva, mãe da vítima, recebeu com muita tristeza a notícia da decisão judicial e explica que diferente do que a Justiça alega, a saída de Saulo Pereira Nunes do Complexo Penitenciário de Pedrinhas oferece risco à sociedade por ter premeditado o crime. Ela pede Justiça e que a decisão seja revogada.

“Revoltante. É revoltante, eu estou decepcionada. É muito triste ver uma pessoa que comete um crime desse, planejado, hediondo, que repercutiu e um homem desse está solto. Ele planejou tudo, meu filho morreu sem nenhuma defesa. Ele organizou, arquitetou para tirar a vida do meu filho e ainda enterrou no quintal dele e como se nada tivesse acontecido. Ele dormiu lá, foi buscar a esposa dele, entrou em casa como se nada tivesse acontecido. Um homem desse oferece grande perigo sim para todos porque eles fazem as coisas premeditadas”, disse Antônia Costa da Silva.

A decisão judicial foi determinada em menos de um mês após o crime. De acordo com o desembargador Josemar Lopes Santos, uma das razões para a soltura de Saulo Pereira é que desde que foi apontado como autor ele tem colaborado com as investigações da Polícia Civil, não há indícios que ele pretende fugir de São Luís e não responde a outro crime.

Saulo Pereira será monitorado por tornozeleira eletrônica e a cada 30 dias, deve comparecer em juízo para informar suas atividades. Além disso, ele está proibido de mudar de endereço, se ausentar da Comarca sem autorização judicial, deve se recolher em casa no período das 22h às 6h, de segunda à sexta e permanecer o dia inteiro em sua residência nos fins de semana.

Espionagem: comissão sugere auditoria no 'Guardião' e não descarta federalizar investigação

Publicado em 8 de novembro de 2019 por gilbertoleda

De O Estado

Deputados membros da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados sugeriram ontem ao procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, uma auditoria no Guardião - sistema de escutas telefônicas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) - como forma de acelerar o processo de investigação da denúncia de espionagem contra o titular da pasta, o secretário Jefferson Portela (PCdoB).

“É uma forma de acelerar, de garantir a certeza de que não houve, ou de que houve, alguma conduta irregular”, disse a O Estado o deputado Sandreson (PSL-RS), membro do colegiado.

Ao lado do deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), ele ouviu Gonzaga na sede da PGJ, na tarde de quinta-feira, junto com outros procuradores e promotores. O deputado Aluisio Mendes (PSC-MA), autor do requerimento para a visita, acompanhou os trabalhos. O presidente da comissão, deputado federal Capitão Augusto (PL-SP), não esteve na capital maranhense por motivos pessoais.

Sanderson acrescentou que, apesar das sugestões, saiu do encontro confiante de que o MP pode concluir com êxito as investigações.

“Nessa diligência inicial que fizemos, observamos que todas as medidas que uma investigação dessa envergadura merece estão sendo tomadas. Mas nós, claro, como fiscais, temos obrigação de acompanhar, pari passu, sem intromissões, obviamente, para que casos desse jaez sejam elucidados em toda sua extensão”, declarou.

Ele não descartou, no entanto, ao fim da apuração do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a federalização do caso. “Acompanhamos e aguardaremos a conclusão da investigação. Se, lá na frente, nós não nos dermos por satisfeitos, em vendo que a investigação não foi feita a contento, nós buscaremos, se for o caso, federalizá-la”, completou.

Ganime ressaltou que a visita da comissão foi importante porque possibilitará aos parlamentares ouvir todos os envolvidos - está marcada para esta sexta-feira a oitiva dos delegados Tiago Bardal e Ney Anderson Gaspar, autores da denúncia contra Portela.

Ele destacou, ainda, que a comissão tem uma responsabilidade importante de elucidar o caso ao cidadão comum, que se preocupa com o possível uso do aparato estatal para fins ilícitos.

“Qualquer crime ligado a usos ilegais da força do Estado preocupa muito o cidadão, então é muito importante que a gente apure”, ponderou.

Em nota, a PGJ informou que o procurador-geral deu conhecimento à Comissão sobre a regular tramitação da investigação.

“O processo segue tramitação normal, mas está sob sigilo, em cumprimento às Resoluções nº 181/2017 e 174/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público”, afirmou Luiz Gonzaga, segundo a assessoria da PGJ.

Acusação - Jefferson Portela tem sido acusado pelos delegados Ney Anderson Gaspar e Tiago Bardal de haver determinado grampos ilegais contra desembargadores e políticos maranhenses. Ele nega. “Não apontaram nenhum ato praticado por mim”, diz o secretário.

A visita do colegiado acirrou a troca de farpas entre Portela e o deputado federal Aluisio Mendes (PSC-MA).

Durante entrevista ao Bom Dia Mirante, há uma semana, o titular da SSP disse que o parlamentar promove um “circo” para atacá-lo e o desafiou a convocá-lo para ser ouvido. Aluisio reagiu e acusou o secretário de fazer “bravata”.

Buriticupu: Ministério Público recorre de decisão que suspendeu perda do cargo de Zé Gomes

12:57 | Postado e Atualizado By: JO FERNANDES

O Ministério Público do Maranhão recorreu da decisão do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, que mandou a Câmara de Vereadores de Buriticupu retornar ao cargo o prefeito do município, José Gomes Rodrigues (PRB).

Zé Gomes, como é conhecido o gestor, havia sido condenado à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos, pelo período de oito anos, pelo juiz Raphael Leite Guedes, por irregularidades em licitações para contratação da F. Z. Construções e Serviços Eireli-ME para prestação de serviços de locação de veículos para diversas secretarias da gestão municipal.

Segundo o magistrado de primeira instância, o processo já estava transitado em julgado, pôr o prefeito ter deixado de apresentar defesa em tempo hábil. O desembargador Jaime Araújo, negou dois pedidos da defesa de Zé Gomes, porém, em uma terceira Decisão, resolveu suspender a sentença, por entender que o prazo para apresentação de defesa ainda não havia se esgotado.

No recurso, o Ministério Público argumenta falta de interesse de agir de Zé Gomes, por a alegação do gestor não se amoldar a nenhuma das hipóteses em que a apelação possui apenas efeito devolutivo. Assinada pelo procurador Francisco das Chagas Barros de Sousa, a manifestação pede que o requerimento do efeito suspensivo não seja conhecido.

Deu no blog Atual 7

Desembargador Rachid curte agressão de Augusto Nunes a Glenn Greenwald

O desembargador Jorge Rachid, do Tribunal de Justiça do Maranhão, demonstrou concordar com a agressão do jornalista Augusto Nunes, ocorrida hoje, ao colega de profissão Glenn Greenwald, durante o programa Pânico, da Rádio Jovem Pan.

A atitude, que repercutiu no mundo todo, como um ato extremado e autoritário de um jornalista ligado ao presidente Jair Bolsonaro, repercutiu também no Maranhão.

Enquanto a maioria dos defensores da democracia repudiava veementemente a ação, figuras como o desembargador Jorge Rachid curtiem postagem do guru desse pensamento de apologia à ditadura, Olavo de Carvalho, em que apoia a atitude covarde de Augusto Nunes com Glenn.

Jorge Rachid deu mostras de que compactua que mais um atentado à democracia é a coisa mais linda de ser ver na TV atualmente. O desembargador maranhense parece ser a favor de um flerte com a volta de um AI-5.

Ele, como membro do alto clero da Justiça, parece não saber o que isso significou para o país...

DESESPERO! SECRETÁRIO MANDA SERVIDORES DO SISTEMA DE SEGURANÇA DO MARANHÃO PROCESSAR REPÓRTER INVESTIGATIVO

O repórter Stenio Johnny rebeu na manhã da quarta-feira(06), uma intimação via whatsapp, notificando-o a comparecer em cinco audiências que acontecerão nesta sexta-feira(08), no juizado do bairro do Anil, das 08 até às 12h, serão 04 horas de audiências, onde agentes públicos servidores do sistema de segurança do Estado a mando do secretário Jefferson Portela, estão movendo ações por crimes de calúnia, injúria e difamação, segundo eles praticados pelo repórter.

Armação!

Stenio Johnny recebeu com tranquilidade a intimação, até porque já tinha recebido informações, veladas dando conta que o secretário de segurança Jefferson Portela, indignado pelo fato do repórter investigativo está postando matérias sobre o esquema de espionagem no Maranhão, teria dado ordens para agentes públicos processá-lo criminalmente como forma de tentar obstruir o trabalho jornalístico investigativo que o repórter vem realizando no sentido de tornar público o que está oculto prejudicando a sociedade como todo.

Dentre os agentes públicos que estão processando o repórter estão: O Delegado Roberto Fortes, superintendente da Superintendência de Combate a Corrupção(SECCOR), o Chefe de Inteligência da SSP, além de delegados e servidores da Secretaria de Segurança do Maranhão.

Ao tomar conhecimento das intimações Stenio Johnny disparou:

"Se Jefferson Portela tiver pensando que ele vai me intimidar mandando esse pessoal me processar, ele está enganado. Nada tenho a temer

As denúncias que postei no meu site de notícias, foi no exercício legal da profissão, usando a lei de imprensa, assegurada na Constituição Federal".

O secretário Jefferson Portela está fazendo isso porque está inconformado pelo fato dele saber que está com os dias contados na pasta da segurança pública do Maranhão, devido ao desmando e crimes praticados, contra pessoas e magistrados, que no esquema de espionagem, segundo denúncias do delegado Ney Anderson e o ex-delegado Tiago Bardal, Portela como secretário de segurança, teria mandado investigar secretamente e quebrar sem ordem judicial os aparelhos telefônicos dos desembargadores: Guerreiro Júnior, Tayrone Silva, Nelma Sarney e Fróis Sobrinho, juizes, parentes de magistrados, adversários políticos do Governo do Estado e profissionais da imprensa maranhense que não rezam a Cartilha Comunistá

Por conta deste suposto crime de espionagem, está respondendo processo, que pode terminar na sua exoneração e até mesmo na sua prisão.

"Não devo nada a justiça, portanto não tenho nada a temer! Quem tem que ficar com medo é Portela não sou eu" Concluiu!

Espionagem: Gonzaga será ouvido sobre investigação contra Portela nesta quinta-feira

Procurador-geral de Justiça vai prestar esclarecimentos à comitiva de parlamentares da Câmara dos Deputados. Solicitação foi requisitada por Aluísio Mendes

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, será ouvido, nesta quinta-feira 7, sobre o andamento da investigação que apura supostas ordens para monitoramento e escutas clandestinas a desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Ele prestará esclarecimento à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, por requisição do deputado federal Aluísio Mendes (PSC-MA), aprovada pelo colegiado em agosto último. A audiência está marcada para acontecer a partir das 14 horas, na sede da PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), em São Luís.

Conforme vem mostrando o ATUAL7, o suspeito do suposto crime de espionagem é o secretário estadual de Segurança Pública, delegado Jefferson Portela.

As suspeitas contra ele foram levantadas pelos ex-chefes da Seic (Superintendência Estadual de Investigações Criminais) e do DCCO (Departamento de Combate ao Crime Organizado) da Polícia Civil do Maranhão, Tiago Mattos Bardal e Ney Anderson Silva, respectivamente.

Ambos já foram ouvidos pela comissão parlamentar, em julho, em audiência na própria Câmara, mas prestarão novos depoimentos aos deputados, nesta sexta-feira 8, a partir das 9 horas, em oitiva na sede da Superintendência da Polícia Federal do Maranhão, também na capital.

(02/07/2019 - Brasília-DF) Ney Anderson, durante oitiva em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o escândalo de espionagem no Maranhão. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

(02/07/2019 - Brasília-DF) Ney Anderson, durante oitiva em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o escândalo de espionagem no Maranhão. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

(02/07/2019 - Brasília-DF) Ney Anderson, durante oitiva em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o escândalo de espionagem no Maranhão. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Desde o início, Portela nega que tenha praticado qualquer ilegalidade no cargo, onde se mantém desde o início do primeiro mandato do governador Flávio Dino (PCdoB) no Palácio dos Leões, apesar da crise.

Em razão do suposto crime que lhe é atribuído, ele representou criminalmente contra os dois ex-subordinados, além de três profissionais de imprensa, incluindo o signatário deste texto, por tornar públicas as informações. Os outros dois são Neto Ferreira e Stenio Johnny.

A investigação contra o secretário de Segurança Pública que será alvo de questionamentos da comissão da Câmara foi instaurada desde o dia 16 de maio deste ano, a partir de uma notícia de fato, já convertida em procedimento investigatório criminal, formulada pela presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo, com base no noticiado pela imprensa.

Os levantamentos correm sob sigilo no âmbito da Assessoria Especial de Investigação da PGJ, privativa para apurar atos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função.

Justiça libera homem que matou e enterrou pastor no quintal de sua casa, sendo assassino confesso

MARANHÃO - A Justiça concedeu, na quarta-feira (05), um habeas corpus permitindo a soltura de Saulo Pereira Nunes, preso em flagrante pela morte do pastor evangélico e técnico em informática Mackson da Silva Costa, de 37 anos, que desapareceu no dia 11 de outubro e foi encontrado morto na tarde do dia 14 de outubro. A família informou que vai entrar com recurso e recorrer da decisão.

Na peça jurídica, o relator e desembargador Josemar Lopes Santos, responsável pela expedição de soltura, relembrou o que dispõe o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal: “a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar”. Pelo disposto, o desembargador afirmou que o decreto prisional não se sustenta.

Segundo ele, para que a prisão cautelar seja legítima, faz-se fundamental a “comprovação de elementos concretos que demonstrem risco à aplicação da lei penal ou à ordem pública pela reincidência”.

O caso

O pastor evangélico e técnico em informática Mackson da Silva Costa, de 37 anos, que desapareceu desde o dia 11 de outubro após sair do local de trabalho, foi morto e enterrado no quintal de sua casa pelo autor do crime, identificado como Saulo Pereira Nunes, de 38 anos.

Segundo informações da Polícia Civil, por meio da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa - SHPP, Saulo Pereira confessou o crime e disse que teria matado Mackson, pois o mesmo tinha um caso com sua mulher. O crime aconteceu no bairro do Maiobão, onde Saulo mora. O corpo de Mackson foi enterrado no quintal do acusado.

O veículo da vítima foi encontrado na manhã de domingo (13) na Avenida 7, bairro Maiobão, Paço do Lumiar/MA, próximo ao endereço do autor do delito no mesmo bairro.

Bardal é ouvido por comissão que apura se Jefferson Portela ordenou investigações ilegais no MA

Além de Bardal, o delegado afastado Ney Anderson Gaspar também prestou depoimento para deputados que integram a Comissão de Segurança Pública na Câmara Federal.

Por G1 MA — São Luís, MA

Ex-delegado Tiago Bardal é ouvido por deputados federais da comissão de segurança pública

O ex-superintendente de investigações criminais no Maranhão, Tiago Bardal e o delegado licenciado Ney Anderson Gaspar, prestaram depoimento nesta sexta-feira (8) na sede da Polícia Federal em São Luís, para deputados que integram a Comissão de Segurança Pública na Câmara Federal. Os dois foram ouvidos sobre as investigações que apuram se o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, determinou investigações clandestinas contra magistrados e políticos.

A denúncia foi feita por Tiago Bardal e Ney Gaspar à Comissão de Segurança Pública. Eles afirmam que Jefferson Portela teria dado ordens para fazer escutas telefônicas sem autorização judicial em magistrados e políticos que são contra o governo Flávio Dino (PCdoB).

Bardal chegou escoltado por policiais federais à sede da PF no bairro Cohama. Ele está preso na Delegacia Especial do bairro Cidade Operária após ter sido acusado de ter envolvimento com uma quadrilha de contrabando e de extorquir dinheiro de assaltantes de banco.

Afastado do cargo de delegado, Ney Anderson Gaspar disse que a verdade sobre o caso será revelada apesar do secretário Jefferson Portela negar ter determinado que a investigação fosse realizada.

“A verdade ela prevalecerá e não adianta o secretário de Segurança estar indo na imprensa todos os dias com chororó, com falácias, com mentiras pois a verdade vai prevalecer. E no final das investigações a gente vai chegar a verdade e contra fatos não há argumentos”, afirma Ney Gaspar.

Participaram dos depoimentos os deputados federais Aluísio Mendes (Podemos), Paulo Ganime (Novo) e Ubiratan Sanderson (PSL), que integram o trabalho da Comissão de Segurança Pública, que colheram novas informações sobre o caso. Delegados da Polícia Federal também acompanharam a sessão.

“Por mais que pareça uma coisa inusitada, além de ser grave existem precedentes no Brasil de denúncias que foram feitas dessa natureza e foram comprovadas como verdadeiras. E o que a comissão está fazendo é isso, está acompanhando a investigação que está sendo feita pelo Ministério Público Estadual e acompanhar todos os episódios das etapas dessa investigação, pois sabemos que elas são gravíssimas, elas fragilizam o cidadão, a sociedade brasileira e elas tem que ser apuradas a exaustão”, disse Aluísio Mendes, deputado federal pelo Podemos.

O grupo que integra a comissão também se reuniu com o procurador-geral de Justiça, Luís Gonzaga, para apurar

o andamento das investigações. O deputado federal Aluísio Mendes não descarta a possibilidade de apresentar as denúncias ao Ministério Público Federal (MPF) para propor a federalização do processo contra Jefferson Portela.

Portela nega investigações

De acordo com o secretário Jefferson Portela, ele está aguardando ser convocado para prestar depoimento sobre o caso, já que a data que havia sido determinada pela comissão foi adiada até o fim do recesso parlamentar, em julho deste ano.

Portela alega que as investigações nunca apontaram números de magistrados e políticos que teriam sido interceptados e a acusa o deputado Aluísio Mendes de apoiar a organização criminosa que ele afirma que Bardal e Ney Gaspar, são integrantes.

“Afirmo que são integrantes de uma organização criminosa com o apoio expresso do deputado Aluísio Mendes e ele tem que se explicar o porque ele está dando guarida para esses criminosos. Não há fato velho, nem fato novo. Há uma ventilação de que houve uma interceptação ilegal de juízes e desembargadores, eles já foram ouvidos em três instâncias na ministerial, na judicial e na legislativa e não deram, até a presente data, nenhum número interpretativo de qualquer desembargador, juiz ou qualquer político. E fique este cenário, promovido pelo deputado Aluísio Mendes, sem que nós sejamos ouvidos. Eles ficaram de ser ouvidos no dia 2 de julho e foram em Brasília. Nós seria no dia 3, mas foi adiado até o fim do recesso e já estamos em novembro e nunca fomos ouvidos, em nenhum lugar, desses que o Aluísio convoca”, alega Jefferson Portela.

“Eu vou federalizar a denúncia contra ele. Eu vou à Brasília, para levar a ouvidoria da Câmara Federal, irei ao Conselho Nacional de Direitos Humanos denunciar que está tendo um ataque a minha pessoa, tentando me expor e eu não sei a quê, perante um bando criminoso, uma organização criminosa”, finalizou.

Justiça suspende sentença de reintegração de posse de terreno

Segundo o MP-MA, os beneficiados não conseguiram comprovar a posse do imóvel.

DIVULGAÇÃO/MP-MA

08/11/2019 às 13h26

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Atendendo ao pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), o Poder Judiciário suspendeu liminarmente os efeitos de uma sentença transitada em julgado que determinava a reintegração de posse de um terreno, localizado em São José de Ribamar, em favor de Carlos Efigênio Rocha e Raimundo Nonato Costa.

A decisão liminar do desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto é resultado de Ação Rescisória proposta em 29 de junho deste ano pelo promotor de justiça Haroldo Paiva de Brito.

O terreno está situado na Rua Santa Rosa, nº 20 e 20A, chamado de Recanto da Vila Luizão, Turu, no município de São José de Ribamar.

Na manifestação, a 44ª Promotoria de Justiça da Capital Especializada em Conflitos Agrários apontou que a decisão foi proferida sem que o Ministério Público fosse ouvido, fator obrigatório para o processo.

Também foi ressaltado que os beneficiados não conseguiram comprovar a posse do imóvel. Não existe nos cartórios de imóveis do Maranhão qualquer registro de aquisição do referido terreno, bem como inexistente processo de usucapião a favor dos autores. Além disso, não houve inspeção na área em disputa durante o processo.

O MP-MA acrescentou que há, ainda, dúvidas relevantes em relação ao tamanho da área, se 26.546 m² ou 41.388,71 m², e à localização precisa do terreno, se nº 20 ou nº 20 A, e, ainda, se o lugar está localizado em São José de Ribamar ou em Paço do Lumiar.

Em janeiro 2018, a equipe da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) realizou vistoria no local, quando identificou que se trata de uma ocupação coletiva consolidada, com casas de alvenaria, energia elétrica regular e com água obtida de poço artesiano. A área é habitada por aproximadamente 168 famílias.

Haroldo Paiva de Brito ressaltou que a reintegração de posse poderia causar insegurança jurídica e danos sociais irreparáveis com a expulsão das famílias que residem na localidade. "É perceptível que estamos diante de uma questão delicada, que exige um tratamento humanitário e cuidadoso, pois são centenas de famílias que aparentemente gozam de posse consolidada, exercendo direito de moradia, intimamente correlacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, assegurado pela Constituição Federal", completou.

Justiça determina criação de novo cemitério na cidade de Matões

A decisão obriga o município a promover a imediata interdição e desativação do cemitério clandestino situado na região do Morro do Pico.

DIVULGAÇÃO/MP-MA

MATÕES - Uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão levou a Justiça a determinar, em medida liminar, a criação de um novo cemitério público no município de Matões devido à superlotação do atual Cemitério Nossa Senhora da Conceição.

A decisão obriga o município a promover a imediata interdição e desativação do cemitério clandestino situado na região do Morro do Pico. Também foi determinada a adoção, em 72 horas, de medidas para a ampliação do muro do Cemitério Nossa Senhora da Conceição.

Em caso de descumprimento das medidas solicitadas, o Ministério Público solicitou a aplicação de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

Entenda o caso

Foi verificado que, no Município de Matões, o Cemitério Nossa Senhora da Conceição - o único da cidade - apresenta irregularidades e não está atendendo à demanda de sepultamentos, o que obrigou a população a utilizar um cemitério clandestino, próximo a um poço de água artesiano que abastece vários bairros.

O fato gerou na população local um temor da contaminação da água que abastece os bairros de Matões, implicando a assinatura de um abaixo-assinado entregue ao MPMA, para que fossem tomadas as devidas medidas para garantir à saúde pública, a preservação do meio ambiente e a proteção do patrimônio público.

“O cemitério da cidade conta com mais de cem anos de existência, e o atual prefeito precisa resolver esses problemas, pois muitas famílias de Matões estão sendo constrangidas por não poderem sepultar seus entes queridos em lugar devido, tendo que enterrá-los no meio da rua”, comentou a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira.

Família revoltada com a saída da cadeia do assassino confesso do pastor

A decisão judicial colocou em liberdade Saulo Nunes, que estava preso desde o mês passado, em Pedrinhas, e os parentes do evangélico pedem que seja revogada e pretendem realizar protesto

08/11/2019

Família revoltada com a saída da cadeia do assassino confesso do pastor

Saulo Nunes é acusado da morte do pastor Mackson da Silva Costa (Divulgação)

São Luis - Os familiares do pastor evangélico, Mackson da Silva Costa, de 37 anos, que foi morto a golpes de faca, estão revoltados com a decisão da Justiça que colocou em liberdade Saulo Pereira Nunes, de 38 anos, no último dia 6, e pretendem realizar um ato de protesto na sexta-feira, 8, na Barragem do Bacanga. A polícia informou que Saulo Nunes estava preso desde o dia 14 do mês passado, em Pedrinhas, suspeito de ter assassinado o evangélico. A vítima tinha desaparecido no dia 11 de outubro e somente no dia 14 que a polícia encontrou o corpo enterrado em uma cova, no quintal da residência do acusado, no Maiobão, em Paço do Lumiar.

A mãe da vítima, Antônia da Silva, disse em entrevista ontem para a Rádio Mirante AM que ficou triste com a decisão judicial e afirmou que Saulo Nunes fora da cadeia oferece risco para a sociedade. "Ele é um assassino confesso, então, deveria ficar preso e peço que essa decisão seja revogada pelo Poder Judiciário", desabafou Antônia da Silva.

Ela ainda declarou que esse crime foi planejado, hediondo, repercutiu na mídia e não tem como o acusado esperar o julgamento em liberdade. Na manhã de sexta-feira, a comunidade da área Itaqui-Bacanga pretende fazer um ato de protesto solicitando ao Poder Judiciário o retorno do criminoso para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. "É revoltante e estou decepcionada. Ele planejou tudo e meu filho morreu sem nenhuma defesa", afirmou a mãe da vítima.

O pai do acusado, identificado apenas como Sebastião, também disse para a Mirante AM que o seu filho não é um bandido e cometeu esse crime em um momento de desespero. "Tenho cinco filhos e um deles acabou cometendo esse ato, mas não é um bandido", declarou Sebastião.

Decisão

A liberdade de Saulo Pereira foi assassinada pelo desembargador Josemar Lopes. Uma das razões para soltura que o suspeito tem colaborado com as investigações da Polícia Civil, não existem indícios dele fugir de São Luís e não responde a outro crime.

O acusado está sendo monitorado pela tornozeleira eletrônica, a cada 30 dias deve comparecer ao fórum para informar suas atividades como ainda está proibido de mudar de endereço, sair do estado sem autorização judicial, não pode sair de sua residência durante o período da noite e deve permanecer o dia inteiro em casa nos fins de semana.

Grupo: comissão quer auditoria no "Guardião"

Deputados membros da Comissão de Segurança estão em São Luís para colher depoimentos sobre a denúncia de grampos ilegais contra autoridades

GILBERTO LÉDA/DA EDITORIA DE POLÍTICA

08/11/2019

Grupo: comissão quer auditoria no "Guardião"

Membros da Comissão de Segurança foram à PGJ saber de investigação (Paulo Soares)

Deputados membros da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados sugeriram ontem ao procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, uma auditoria no Guardião - sistema de escutas telefônicas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) - como forma de acelerar o processo de investigação da denúncia de espionagem contra o titular da pasta, o secretário Jefferson Portela (PCdoB).

“É uma forma de acelerar, de garantir a certeza de que não houve, ou de que houve, alguma conduta irregular”, disse a O Estado o deputado Sanderson (PSL-RS), membro do colegiado.

Ao lado do deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), ele ouviu Gonzaga na sede da PGJ, na tarde de quinta-feira, junto com outros procuradores e promotores. O presidente da comissão, deputado federal Capitão Augusto (PL-SP), não esteve na capital maranhense por motivos pessoais.

Sanderson acrescentou que, apesar das sugestões, saiu do encontro confiante de que o MP pode concluir com êxito as investigações.

“Nessa diligência inicial que fizemos, observamos que todas as medidas que uma investigação dessa envergadura merece estão sendo tomadas. Mas nós, claro, como fiscais, temos obrigação de acompanhar, pari passu, sem intromissões, obviamente, para que casos desse jaez sejam elucidados em toda sua extensão”, declarou.

Ele não descartou, no entanto, ao fim da apuração do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a federalização do caso.

“Acompanhamos e aguardaremos a conclusão da investigação. Se, lá na frente, nós não nos dermos por satisfeitos, em vendo que a investigação não foi feita a contento, nós buscaremos, se for o caso, federalizá-la”, completou.

Ganime ressaltou que a visita da comissão foi importante porque possibilitará aos parlamentares ouvir todos os envolvidos - está marcada para esta sexta-feira a oitiva dos delegados Tiago Bardal e Ney Anderson Gaspar, autores da denúncia contra Portela.

Ele destacou, ainda, que a comissão tem uma responsabilidade importante de elucidar o caso ao cidadão comum, que se preocupa com o possível uso do aparato estatal para fins ilícitos.

“Qualquer crime ligado a usos ilegais da força do Estado preocupa muito o cidadão, então é muito importante

que a gente apure”, ponderou.

Em nota, a PGJ informou que o procurador-geral deu conhecimento à Comissão sobre a regular tramitação da investigação.

"O processo segue tramitação normal, mas está sob sigilo, em cumprimento às Resoluções nº 181/2017 e 174/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público", afirmou Luiz Gonzaga, segundo a assessoria da PGJ.

Acusação

Jefferson Portela tem sido acusado pelos delegados Ney Anderson Gaspar e Tiago Bardal de haver determinado grampos ilegais contra desembargadores e políticos maranhenses. Ele nega. "Não apontaram nenhum ato praticado por mim", diz o secretário.

A visita do colegiado acirrou a troca de farpas entre Portela e o deputado federal Aluisio Mendes (PSC-MA), autor do requerimento para a oitiva de Gonzaga no Maranhão.

UEMA e Tribunal de Justiça do Maranhão realizam Conciliação Itinerante

Durante todo o dia uma equipe de TJMA, professores e estudantes do curso de Direito da UEMA, ofereceram os seguintes serviços à comunidade: agendamentos de audiências de conciliação; renegociação de dívidas; divórcios; guarda de menor; pensão alimentícia; coleta de DNA.

Durante a manhã, o reitor da UEMA, Gustavo Costa recebeu o presidente do Núcleo de Soluções de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec/TJMA), desembargador José Luis Almeida e o coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu, na sala de reuniões da reitoria para falar sobre a ação, que foi realizada durante todo o dia na Universidade.

“Esse projeto além de ajudar na necessária redução do índice de judicialização dos conflitos na sociedade, amplia o poder judiciário como mediador e todos nós ganhamos com isso. Essas parcerias são importantes para nossa Universidade, enquanto instituição social, pois o poder judiciário trabalhando junto com a UEMA, cada um naquilo que lhe compete no sentido da promoção da justiça social e do bem estar coletivo”, afirmou o reitor Gustavo Costa na ocasião.

A diretora do curso de Direito, Jaqueline Demétrio, destacou a parceria entre as instituições. “Essa parceria muito nos honra, pois a nossa preocupação além do ensino é desenvolver projetos para contribuir com a comunidade, a instituição está aqui não só para ensinar, mas para acolher e ajudar no que for preciso. Além disso essas parcerias são uma forma de nossos alunos estarem mais perto daquilo que eles realmente vão ter no futuro”, disse a diretora.

Para o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Nupemec/TJMA, a parceria entre as instituições oportuniza aos estudantes vivenciar um novo modelo de trabalho. “O futuro do profissional de direito não é delegar solução de um problema ao judiciário, mas sim ter uma posição preventiva, construtiva, colaborativa e resolutive, todas elas atuando diretamente com seu público alvo que é seu cliente na solução do problema, e é uma necessidade das instituições de ensino dar a esse futuro profissional, a oportunidade que o mercado passa a exigir, como no caso da conciliação”, destacou.

O desembargador, José Luiz Almeida, presidente do Nupemec/TJMA, destacou que a conciliação possibilita uma agilidade na solução de conflitos, uma vez que problemas estruturais do poder judiciário acabam causando uma demora na resolução dos problemas. “É preciso pautar sempre a conciliação e esses projetos que fazemos essas parcerias que estabelecemos colocam em destaque a conciliação. Uma semana de conciliação incrustada no ambiente acadêmico naturalmente despertará nos alunos o sentimento que outra via possibilidade poderá ser encontrada. As sociedades são tanto mais evoluídas quanto menor for a incursão nos litígios formalizados”, afirmou o desembargador.